



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

CINDRA realiza audiência pública para debater a efetividade e importância da Zona Franca de Manaus

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, realizou audiência pública para debater estudo da FGV sobre efetividade da Zona Franca de Manaus - ZFM.

Estiveram presentes: Saleh Hamdeh, representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM); Marcio Holland, professor de Economia da FGV; Alfredo de Menezes Jr., superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); José Gustavo Gontijo, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; José Jorge do Nascimento, Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS; Igor Nogueira Calvet, Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

Saleh Hamdeh da FIEAM elogiou o estudo feito pela FGV, e ponderou que se a ZFM é um programa que traz a efetividade demonstrada e, portanto, seria lógico que fosse mais fortalecido. Apresentou o mapa da desigualdade social concentrada no Norte e Nordeste. Defendeu que a Zona Franca de Manaus é um projeto de país, que objetiva o desenvolvimento regional, a preservação ambiental e a integração nacional.

Hoje a ZFM enfrenta alguns desafios, como: modelo de industrialização saturado do ponto de vista tecnológico e de oportunidade de adensamento; incapacidade de ações por parte do Governo Federal; necessidade de criar mecanismos de transferência de riqueza e renda para Amazônia Ocidental; oportunidades para implantação de eixo da bioeconomia. Hoje, com a aproximação de uma reforma tributária é preciso buscar salvaguardas e fortalecimento para modelo industrial atual, que é baseado em incentivos fiscais e extrafiscais.

Os incentivos são concedidos para industrialização por etapas mínimas de fabricação, com as seguintes contrapartidas: investimentos na região; geração de emprego e renda; desenvolvimento socioeconômico; capacitação profissional; financiamento para educação; fomento para interiorização; fomento para desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Encerrou fazendo considerações sobre a necessidade de: investimento em ciência, tecnologia e inovação; o desenvolvimento socioeconômico das regiões Norte e Nordeste; a divulgação das potencialidades da ZFM para todo o Brasil; o fortalecimento da ZFM, que alivia a pressão por desmatamento, promove o desenvolvimento da região, melhora a qualidade de vida dos brasileiros que habitam a Amazônia e constrói uma sociedade mais justa e equilibrada.

Márcio Holland da FGV apresentou o estudo da FGV explicando que é um esforço inicial para estudar a Zona Franca, o potencial da Amazônia, os impactos dos gastos tributários e benefícios fiscais para o desenvolvimento regional. Defendeu que o Brasil tem que se ater a políticas de desenvolvimento regional para que haja convergência da renda em todas as regiões do Brasil. O estudo fez um comparativo do que seria Manaus sem o polo industrial. Afirmou que o programa da Zona Franca proporcionou expansão da renda per capita do Amazonas bem acima do que em outros estados industrializados, mas que ainda assim a desigualdade de renda regional é expressiva com estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste com renda per capita mais elevada.

Afirmou que a industrialização expande a atividade econômica, os serviços, urbanização e o aumento populacional. Hoje o polo industrial de Manaus emprega cerca de 85mil empregados diretos, mas já houve períodos de mais de 100mil empregadores diretos, com maior impacto no número de empregos indiretos. O programa da ZFM gerou relevante aumento da participação da indústria do Amazonas na indústria brasileira e crescente nível de escolaridade tanto da população, quanto dos trabalhadores industriais na região.

Há argumentos de que a ZFM promove má alocação de fatores, no entanto, o Amazonas detém menos de 0,6% das unidades industriais brasileiras. Afirmou que o custo fiscal da Zona Franca vem caindo em valores nominais, reais e em proporção do total de gastos tributários. Disse que houve forte expansão do Simples Nacional e de benefícios baseados em rendimento isentos e não-tributáveis que beneficiaram mais outras regiões do país. Alertou que os benefícios creditícios e financeiros retroalimentam a concentração de recursos em detrimento do desenvolvimento regional brasileiro.

Dentre os benefícios da ZFM destacou que a presença da indústria na região permite a geração de elevada arrecadação estadual e municipal. Explicou que o no cômputo dos gastos tributários são desconsiderados os casos em que: a não tributação de uma determinada operação não é revertida em uma redução da carga tributária da cadeia, por inexistir a possibilidade de apropriação dos créditos; a suspensão de um tributo é convertida em isenção parcial. Nestas duas situações também não há uma renúncia fiscal, mas somente o diferimento do pagamento do imposto ou pagamento parcial.

Demonstrou a efetividade da Zona Franca de Manaus pelo multiplicador de gastos tributários sobre a renda ser superior que a unidade. Ou seja, para cada um real gasto com incentivos para a ZFM, a renda da região metropolitana de Manaus cresce mais que um real. Defendeu a reforma tributária, mas com preservação da Zona Franca de Manaus e de políticas de desenvolvimento regional.

Alfredo de Menezes Jr., superintendente da Suframa, explicou que inicialmente a ZFM tinha apenas objetivo de ocupação e não era ainda, como é hoje, um modelo de desenvolvimento econômico que objetiva viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental e Amapá, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao País, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.



Explicou que a política tributária vigente na Zona Franca de Manaus é diferenciada do restante do país, oferecendo benefícios locacionais baseados na produção e não no capital, objetivando minimizar os custos amazônicos.

Afirmou que os incentivos geram benefícios não só locais, proporcionam fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos. Solicitou que haja uma campanha nacional da Zona Franca como orgulho do Brasil.

Apresentou os desafios atuais de busca das matrizes econômicas complementares ao modelo de ZFM e a manutenção das vantagens competitivas.

O **deputado Delegado Pablo (PSL/AM)** encerrou a audiência defendendo a ZFM e a preservação da Amazônia e informando sobre o lançamento da **Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia**.